

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.827 - DF (2019/0200272-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : MACHMELO COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : WELLINGTON DE QUEIROZ E OUTRO(S) - DF010860
LEONARDO GUIMARÃES MOREIRA - DF059174
AGRAVADO : SUCOS DO BRASIL S/A
ADVOGADO : CAMILA MARQUES MARTINS E OUTRO(S) - CE015249
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : LISSANDRA LENA - RS070818
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RS080025A
ROSANE DOLORES ROSITO E OUTRO(S) - RS088061
AMANDA DE BORTOLI DA FONSECA - RS100821

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 7/STJ (valor danos morais e redistribuição dos ônus sucumbenciais)

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a alegar, genericamente, ser necessário tão somente a reavaliação dos argumentos fáticos, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ à hipótese concreta dos autos.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da

Superior Tribunal de Justiça

condenação (e-STJ fls. 478) para 17%, a serem arcados exclusivamente pela parte agravante, devendo essa pagar 25% do montante citado, em razão da sucumbência recíproca reconhecida pelo Tribunal de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora